

MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA RUAS

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL, PODER PÚBLICO E
NECROPOLÍTICA NA PANDEMIA DA COVID-19: LATÊNCIAS DA
POLÍTICA DE MORTE IDENTIFICADAS NO TWITTER, FRENTE AO
ASSASSINATO DO MENINO JOÃO PEDRO**

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022

MARIA FERNANDA DE OLIVEIRA RUAS

**COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL, PODER PÚBLICO E
NECROPOLÍTICA NA PANDEMIA DA COVID-19: LATÊNCIAS DA
POLÍTICA DE MORTE IDENTIFICADAS NO TWITTER, FRENTE AO
ASSASSINATO DE JOÃO PEDRO**

Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Rennan Martins Lanna Mafra

Viçosa - MG

Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

2022



Universidade Federal de Viçosa
Comunicação Social
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

Monografia intitulada “Comunicação organizacional, poder público e necropolítica na pandemia da Covid-19: latências da política de morte identificadas no Twitter, frente ao assassinato do menino João Pedro”, de autoria da estudante Maria Fernanda de Oliveira Ruas, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Rennan Lanna Martins Mafra – Orientador
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Profa. Dra. Maria Simone Euclides - UFV
Curso de Licenciatura em Pedagogia da UFV

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier – UFV
Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UFV

Viçosa, 16 de dezembro de 2022.

A João Pedro e à sua família, bem como aos jovens negros e negras que vivem sob ameaça, risco e aos mortos por uma política nefasta de Estado.

Às mães negras que choram a morte de seus filhos em decorrência de qualquer violência racial. Meus mais sinceros sentimentos e votos de que essa dor, um dia, possa coexistir com a esperança e busca por um mundo mais justo e igualitário; que o restante do coração das senhoras encontre conforto e, no melhor dos cenários, paz para descansar. É uma vida difícil.

AGRADECIMENTOS

*Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri, quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta
(Milton Nascimento)*

Um dia, com muito medo, eu arrumei as minhas malas e, sem um tostão no bolso, me arrisquei a viver o meu grande sonho. Surpreendentemente, deu certo!

Primeiramente, quero agradecer a Deus, que nunca me desamparou e ouviu todas as minhas preces, me confortou em momentos de dificuldade e nunca soltou minha mão. Em seguida, deixo expressa minha gratidão à política de assistência estudantil da Universidade, que me deu teto, comida, cama, médicos, medicamentos... Eu só consegui concluir a graduação porque tive acesso a esses recursos que me foram fundamentais durante esse processo.

Meu profundo e sincero agradecimento à minha mãe, por acreditar em todos os meus sonhos, por trabalhar incessantemente para me dar o melhor, dentro das suas condições, por sempre me ouvir com muito amor e me incentivar. Agradeço ao meu pai por me oferecer suporte, quando eu precisei. Agradeço ao meu irmão por me dar incentivo e estar sempre ao meu lado, diante de qualquer dificuldade. Obrigada aos meus tios e tias, sobretudo, à minha madrinha, ao meu tio Dô e à minha tia Nó, que cuidaram da minha mãe na minha ausência.

Não posso deixar de mencionar os meus avós, que faleceram muito jovens, mas com o sonho de que seus filhos pudessem estudar, para que tivessem melhores condições de vida. Chegar até aqui é realizar um sonho que nasceu bem antes da minha chegada à Terra, é concluir um plano. Eu sou a primeira da minha família a ter acesso à universidade pública, a primeira da minha casa a alcançar a graduação e me comprometo em garantir que eu não seja a última. Nesse caminho, dedico esse trabalho ao meu avô Senhorinho, que faleceu em 1985, com o sonho de que seus filhos, um dia, fossem “doutores” (prometo dar o meu melhor, vovô).

Agradeço aos meus amigos Abraão, Felipe, Pão, Renata e Vitória, que me aplaudiram no Restaurante Universitário, quando eu consegui meu primeiro estágio. Sempre me ajudaram no que eu precisei; me alimentaram, quando eu tive fome; me fizeram rir, quando eu estava triste; me apoiaram, me incentivaram, me disseram verdades sempre construtivas e me aguentaram nos piores e melhores momentos. Apesar de amá-los igualmente, preciso ressaltar meus agradecimentos a dois que, nessa jornada, pude me aproximar mais: Abraão e Renata.

Muito obrigada ao meu melhor amigo, Abraão, por ser a melhor pessoa que eu já

conheci, por me amar tanto, por me escolher sua dupla por tanto tempo, por tanta sensibilidade, por ter paciência comigo, por ser quem eu ligo, quando estou com medo, por ser quem faz o mundo parar quando eu preciso, por segurar minha mão em todas (absolutamente, todas) as travessias que passei durante a graduação e ser meu parceiro em todos os momentos. Eu te amo.

Obrigada à minha melhor amiga, Renata, por sua lealdade, sua bondade comigo, por ser minha irmã, por dividir comigo tudo o que consegue. Obrigada por me acompanhar em tantos momentos difíceis, por sempre ser quem “vem comigo”, por todas as piadas, por conviver com todas as minhas versões, por me respeitar. Obrigada por tudo, amiga. Amo você demais.

Agradeço, também, às meninas do quarto do Alojamento, Didi e Shirley, por toda a parceria e momentos divertidos que passamos juntas. Obrigada por me ensinarem tanto.

Muito obrigada ao meu orientador e amigo, Rennan, por ser tão bom comigo, por me proporcionar tantos aprendizados e oportunidades. Obrigada por tantas reflexões e experiências juntas, por tantas transformações e processos que só pude viver com sua amizade, por me dizer sempre que meus voos são possíveis, por não medir esforços para me ajudar, me legitimar e me ouvir com tanta atenção.

Minha gratidão à professora Mariana Procópio que, quando eu precisei, me recebeu em sua sala com muito carinho e me disse que, um dia, trabalharíamos juntas. E assim aconteceu. Obrigada por sempre ver o que ninguém mais vê, por ser justa, por confiar no meu trabalho e por me deixar aprender tanto com você, seus posicionamentos, seus papéis e bondade.

Gostaria de agradecer à professora Maria Simone, por ser alguém que me inspira e me faz querer ser melhor em todos os nossos encontros. Obrigada por acreditar tanto em mim, por ser tão doce e carinhosa comigo. Obrigada pela escuta atenta, por me deixar acompanhar seu trabalho, que me faz querer ser como você um dia. Obrigada por vir antes mim e por tornar possível que pessoas como nós tenhamos esperança.

Por último e não menos importante, muito obrigada, do fundo do meu coração, ao meu melhor amigo Maurício. Obrigada por todo apoio, por todo incentivo, por todas as vezes que você me ofereceu tanto do seu tempo, sem nunca me pedir nada em troca. Minha trajetória enquanto pesquisadora deve muito a você e à nossa amizade.

Obrigada a todas e todos que mencionei aqui e às/aos não mencionadas/os também. Amigas/os, familiares, professoras/es, técnicas/os do departamento... Sou, porque pude contar com todas/os vocês.

Obrigada, de coração.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar o tratamento oferecido na comunicação organizacional de instituições do poder público do Estado do Rio de Janeiro ao assassinato do adolescente negro e periférico, João Pedro Mattos. De modo específico, toma-se como caso empírico a problematização do racismo institucional, que sustenta a necropolítica do Estado, identificada no único post feito na conta do Twitter do ex-governador Wilson Witzel. Como referencial teórico, há quatro grandes noções: 1) necropolítica nos territórios colonizados; 2) dimensões estruturais e institucionais do racismo no contexto das organizações; 3) comunicação organizacional e estéticas da diferença na identificação de emergências e latências frente ao racismo institucional; 4) o Twitter e a emergência de um ambiente relacional entre organizações e públicos. Metodologicamente, a pesquisa combinou a abordagem indiciária (GINZBURG, 1989; BRAGA, 2008), com a análise do discurso organizacional (BALDISSERA; MAFRA, 2019). Os principais resultados evidenciam que: 1) em relação ao poder público, foi possível identificar a presença de latências no Twitter, expressas diante da ausência de posicionamento público que reconhecesse a instância discriminatória presente na morte do menino João Pedro; dessa forma, não há reconhecimento da necropolítica exercida pelo Estado; 2) em relação aos públicos, emergências foram identificadas a partir de um endereçamento público de cobranças, relacionadas a solicitações de explicações sobre o que aconteceu com João Pedro, porém esses questionamentos não foram respondidos. Como conclusões, tem-se, aqui, uma política de morte posta em prática com ações institucionalmente racistas, no que diz respeito aos serviços de segurança pública do Estado, colocando em risco a vida de jovens negros em suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE

Necropolítica; Racismo institucional; Comunicação organizacional.

ABSTRACT

This monograph aims to investigate what is the treatment offered by organizational communication of Rio de Janeiro state's public institution about the murder of the black teenager João Pedro Mattos. Specifically, it takes as empirical case the problematization of the institutional racism that sustains the State' necropolitics, identified in the only one post shared in twitter's profile of the former governor Wilson Witzel. As theoretical references, there are big four notions: 1) necropolitics in colonized territories; 2) structural and institutional dimensions of racism in the organization context; 3) organizational communication and esthetics of the

differences in the identification of emergencies and latencies in front of the institutional racism and; 4) Twitter and the emergency of a relational environment between organizations and audiences. Methodologically, this research matched the vestige approach (GINZBURG, 1989; BRAGA, 2008) with the organizational speech's analysis (BALDISSERA; MAFRA, 2019). The main results showed: 1) about the State, it was identified latencies in the profile of Twitter, expressed before absences of public placements that recognized the discriminatory stance present in João Pedro's death, thus, it was not admitted to necropolitics performed by State; 2) About the audiences, emergencies have been identified from an public address of charges, related to solicitations of explanations about what happened with João Pedro, but these asks weren't answer. In conclusion, there is, here, a politic of the death practiced with institutional racists actions, in the state public safety services, putting in risk black young men in yours differences.

KEY-WORDS

Necropolitics; Institutional racism; Organizational communication .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – REFERENCIAL TEÓRICO	11
1.1 Necropolítica nos territórios colonizados	11
1.2 Dimensões estruturais e institucionais do racismo: o lugar das organizações	16
1.3 Comunicação organizacional e estéticas da diferença: emergências e latências frente ao racismo institucional	18
1.4 O Twitter e a emergência de um ambiente relacional entre organizações e públicos	23
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
2.1 A metodologia	26
2.2 O objeto de estudo	28
CAPÍTULO 3 – ANÁLISES	29
3.1 Latências da Organização Comunicada	30
3.2 Latências da Organização Comunicante e da Organização Falada	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento deste trabalho teve início com o projeto “Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada: a Covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo”, contemplado, entre os anos de 2020 e 2021, com bolsas de Iniciação Científica (destinadas à realização de “análises discursivas” e “análises estéticas”), por meio do Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Desse modo, dada a oportunidade da autora deste trabalho ser a estudante bolsista responsável pelas “análises estéticas”, sob orientação do Prof. Dr. Rennan Mafra e ao lado do graduando Abraão Filipe Marque de Oliveira (voluntário — e fundamental — nesse percurso), a atividade deu-se por concluída, já que foram alcançados lugares satisfatórios, considerando os objetivos estipulados para aquele momento. Porém, diante do interesse e da possibilidade de expandir a discussão iniciada no contexto da iniciação científica, tem-se aqui um estudo que utiliza da pesquisa realizada e, nesse sentido, amplia caminhos analíticos, ao discutir novas categorias teóricas e propor novos horizontes de análise.

Dito isso, esta monografia parte da observação do tratamento oferecido no âmbito da Comunicação Organizacional do Estado do Rio de Janeiro ao assassinato João Pedro Mattos, um adolescente negro, morto no dia 18 de maio de 2020, em um conflito entre polícias (Civil e Federal) e traficantes. O menino estava na casa de sua tia, localizada no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em um cenário sanitário em que o isolamento social era indispensável, frente à pandemia da Covid-19. Após ser atingido por um tiro de fuzil, o menino foi levado pelo Corpo de Bombeiros e, a partir desse ponto, a família não obteve informações sobre o jovem por 17 horas. No dia seguinte, ele foi encontrado morto no Instituto Médico Legal (IML).

Após o desaparecimento de João Pedro, foram expressas manifestações, por meio do Twitter, com postagens/cobranças direcionadas ao, na época, governador do Estado, Wilson Witzel, a fim de obter respostas sobre o que aconteceu em relação ao paradeiro do garoto. Sabe-se que não é incomum o assassinato de jovens negros em territórios periféricos no Rio de Janeiro¹, porém, chama atenção o conforto com que a polícia dispara mais de 70 tiros

¹Em 2019, Witzel já expressava interesse em matar jovens periféricos armados, em um contexto marcado por grande criminalidade, sob a justificativa de manutenção da segurança pública. Entretanto, no Brasil, a pena de morte é crime e esse modo de operar só aparece enquanto aplicável em territórios às margens, sobre a vida das pessoas que ali residem (em sua maioria, pobres e negras).

<https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-ri-o/>

contra uma propriedade privada, com crianças, durante uma pandemia. Levando isso em conta, esta pesquisa toma os modos do racismo operar como um problema de ordem estrutural do Brasil (ALMEIDA, 2020), inserindo-se como parte fundamental de um sistema que extermina existências (MBEMBE, 2013), provocando sequelas/impactos presentes no cotidiano de pessoas negras.

Esse movimento desenvolve (e sofisticada) estratégias de aniquilação direta e indireta, que perpassa ambientes sediados na vida pública, como é o caso das organizações e dos lugares onde elas são instauradas -- o que justifica a escolha do Twitter na qualidade de plataforma a ser observada. Neste trabalho, o microblog denota um espaço contemporâneo de potente interação, que atravessa e, também, é atravessado por outros pelas esferas organizacionais, ao mesmo tempo em que se apresenta enquanto um palco de expressões públicas, como ocorreu no caso do João Pedro. Sendo assim, a pesquisa filia-se a um conjunto de estudos que procura compreender, também, a historicidade de constituição de mecanismos organizacionais e comunicacionais, por um ângulo no qual a comunicação é vista como gesto temporal, ao compreender a necropolítica do Estado como prática que se apropria do racismo e da suas dimensões estrutural e institucional (ALMEIDA, 2020) – conceitos aqui entendidos como grandes categorias conceituais, teóricas, pragmáticas, observadas no contexto de uma organização moderna (MAFRA, 2021). Porém, cabe pontuar que, nesse espaço, a comunicação é tomada como campo investigativo, faz alusão a um problema teórico muito maior, que constitui o Estado e pode ser identificado por intermédio de indícios da comunicação organizacional do poder público brasileiro.

A escolha do Caso João Pedro como aposta central da pesquisa se deu diante da potência das implicações atreladas ao caso e, também, frente ao modo por meio do qual ele afeta as pessoas envolvidas nesse estudo – em especial, a autora deste trabalho, por ser uma mulher negra, que vem de uma realidade similar à do jovem e que se reconhece nas mulheres que choraram a morte do adolescente. Ainda nesse sentido, cabe ressaltar a complexidade do momento que o mundo enfrentava. Além do receio geral, que emerge frente ao desconhecido e às instabilidades postas diante dessa condição histórica, havia uma recomendação sanitária de que as pessoas (com exceção dos profissionais envolvidos em serviços essenciais) ficassem em casa, o que provoca o fechamento de escolas, de mercados e de diversos ambientes de trabalho. Infelizmente, os pais de João Pedro, frente à necessidade de sobreviver, precisaram

sair para trabalhar – como tantos outros², colocando suas vidas em risco de formas diferentes, porque parece não haver lugar seguro, com o vírus, com o bairro vivenciando uma operação e com a violência que alcança o interior da casa dessas pessoas.

É de extrema importância pontuar que, neste trabalho, a negligência com a violência policial cometida contra pessoas é observada enquanto um movimento cotidiano da sociedade brasileira e das instituições que as constituem, não se trata de um caso isolado ou de uma anomalia. Tem-se, aqui, uma criança racializada, em um país racializado; o caso João Pedro é compreendido com a ponta de um iceberg que sinaliza um problema muito maior, que faz vítimas diárias – o que inclui pessoas negras de todas as idades, inclusive, crianças³.

Com isso, após discussões sobre o ocorrido, da escolha de referenciais teóricos, e sobretudo da observação de perspectivas a serem analisadas, frente às especificidades do campo, surge o interesse por investigar os indícios da Comunicação Organizacional do Estado do Rio de Janeiro, por meio das publicações realizadas pela conta pública do ex-governador Wilson Witzel e as manifestações de públicos referentes ao assassinato de João Pedro.

Dito isso, nos próximos tópicos, serão discutidos o referencial teórico utilizado pela pesquisa, os objetivos e a metodologia mobilizados até aqui, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: como indícios da comunicação organizacional do poder público brasileiro (silêncios do Estado e pronunciamento do Witzel) no âmbito da rede social Twitter, referentes à morte do menino João Pedro, revelam latências perpetuadoras de um racismo institucional praticado pelo Estado brasileiro?

A partir disso, quatro linhas de raciocínio inter e transdisciplinares foram elaboradas com o objetivo serem tensionadas com o contexto de estudos, na busca pelas especificidades da Comunicação. São elas: a) Necropolítica nos territórios colonizados; b) Dimensões estruturais e institucionais do racismo: o lugar das organizações; c) Comunicação organizacional e estéticas da diferença: emergências e latências frente ao racismo institucional e; d) O Twitter e a emergência de um ambiente relacional entre organizações e públicos.

² o momento que o mundo enfrentava

³ De acordo com um levantamento produzido nos últimos cinco anos, 100 crianças negras foram mortas por violência policial, em bairros periféricos, no Rio de Janeiro.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contra-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html#:~:text=Um%20ter%C3%A7o%20das%20v%C3%ADtimas%20foi,crian%C3%A7as%20foram%20atingidas%20na%20capital.&text=Rafael%2C%20Endryw%2C%20Ana%20Clara%2C,e%20foto%20n%C3%A3o%20foram%20divulgados.>

Assim, após a análise de vestígios que emergiram frente a uma experiência produzida num ambiente comum, acessível potencialmente aos sujeitos na contemporaneidade e que dizem da interação no âmbito da organização comunicada (BALDISSERA, 2009), são apresentadas as principais considerações das análises desse corpus, que foram divididas em dois momentos: de início, são observados pronunciamentos atrelados à organização comunicada (BALDISSERA, 2009), em que é possível perceber ditos e também não ditos, que promovem a despencialização da luta antirracista, na individualização de um caso que não é isolado; depois, há a observação da organização comunicante e falada (BALDISSERA, 2009), por meio de respostas diretas a esse pronunciamento, como manifestações que tomam o post/repost do Witzel como uma ouvidoria.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. Necropolítica nos territórios colonizados

Compreender o racismo enquanto uma prática que perpassa o Estado (ALMEIDA, 2020) é um movimento que, inevitavelmente, mobiliza compreensões sobre o período colonial e, com isso, traz à tona o sequestro e a escravização de povos de origem/ascendência africana. Apesar de tal prática ser abolida legalmente do país desde 1888⁴, frente ao caráter sistêmico de tal violência (ALMEIDA, 2020), enraizada nas bases da construção da sociedade brasileira, a discriminação racial é reproduzida até os dias de hoje de modos atualizados (um movimento constante), concebendo diversas outras formas de violentar.

⁴ A Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, foi a última lei abolicionista conquistada pelo povo negro em território brasileiro. Apesar de marcar a extinção total da escravização de pessoas negras, faz-se necessário reconhecer que o documento foi precedido pelas Lei n. 581 (1850), que determinava o fim do tráfico negreiro nacional, e a Lei nº 2.040 (1871), que simbolizou a liberdade legal dos filhos das escravizadas.

Para isso, no que se refere às instituições do poder público, estas podem ser consideradas protagonistas com papel fundamental na estipulação/criação de políticas de vida e morte, ao habitarem uma arena montada em um ambiente, teoricamente, democrático e representarem parte fundamental do contrato social que rege a organização da/das sociedade/sociedades que constituem o país. Sendo assim, pode-se observar que esses espaços são o resultado da atribuição feita a alguém/certa instituição de um poder soberano, encarregado pela resolução de conflitos e pelo estabelecimento da norma (FOUCAULT, 1976).

Dessa forma, nesta seção, cabe refletir sobre como políticas de organização social são influenciadas por especificidades do território em que elas são estabelecidas, resultando em condições de existência que dizem de projetos que visam a manutenção da vida de certos grupos, por meio de ações que visam a morte de outros coletivos. Com isso, como ponto de partida para essa discussão, cabe considerar três termos fundados por Foucault (1976). São eles: soberania, biopolítica e biopoder. Em seguida, essa reflexão bebe do esforço intelectual de Mbembe (2013), ao postular o conceito de necropolítica; e, por fim, ao pensar em como essas lógicas são reproduzidas/aperfeiçoadas no Brasil, a pesquisa tem como ponto reflexivo o que explica Almeida (2020), ao pensar o “racismo à brasileira” enquanto fator estrutural e institucional.

Respectivamente, o primeiro termo, identificado em contexto europeu e pré-industrial, diz sobre uma figura soberana que detém o poder de tirar a vida, atuando com princípios voltados à promoção de condições que visavam “fazer morrer e deixar viver” (FOUCAULT, 1976, p.286). Essa prática tem como base uma política que busca a integridade da nação, mesmo que isso custe a vida de seus súditos, que, aqui, só tem sentido em detrimento à vida da figura soberana (FOUCAULT, 1976). Dessa forma, Mbembe (2013), com base na teoria de Foucault, explica que a maior expressão de soberania emerge com a elaboração de normas generalizantes, feitas por um grupo, formado por pessoas que vivem em liberdade e que se percebem como iguais. Esses sujeitos são percebidos como completos, aptos de autoconhecimento, autoconsciência e, também, de autorrepresentação. Sendo assim, cabe pensar o quanto as políticas de embranquecimento (fim do século XIX e meados do século XX), que contaram com alto incentivo à miscigenação, e a criminalização de expressões culturais de origem africana são capazes de traduzir um jogo mediado por uma só regra, criada por um arquétipo de sujeito, a fim de apagar tudo o que difere dessa “referência”.

Ainda pelas óticas de Foucault (1976), a partir do século XIX, com a emergência da Revolução Industrial na Europa e a aparição das transformações socioeconômicas resultantes da estruturação e consolidação do sistema capitalista, os modos de pensar soberania são substituídos por mecanismos de poder que se apropriam do papel já atribuído a essa figura nas lógicas de manutenção da vida, tornando perseguida a ideia de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1976, p. 286). Nesse momento, as atenções do poder soberano/estatal são voltadas ao objetivo de prolongar a vida, porque a ausência do Estado implicaria na permissão da morte.

Desse modo, as estruturas de poder que regem a vida comum deixam de ser centradas na unicidade do sujeito que existe para garantir a existência do soberano, e são atualizadas (FOUCAULT, 1976), deixando de ser um poder que exerce o controle da mortalidade, olhando agora para a manutenção da vida (MBEMBE, 2013). A partir disso, Foucault (1976) chama de biopoder um movimento que traz, além da disciplina do poder soberano, a condição reguladora sobre quem vive (ALMEIDA, 2020), ao passo que a biopolítica é entendida enquanto um conjunto de métodos capazes de gerir esse modo de governar. Sendo assim, para o filósofo francês, o biopoder pode ser definido como uma tecnologia na qual o Estado opera de modo a assegurar e prolongar a vida dos que dependem dele (ALMEIDA, 2020). Ao propor a reflexão sobre os modos nos quais a sociedade industrial se estabelece, Foucault (1976) conta que

Ora, agora que o poder e cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências (FOUCAULT, 1976, p. 295).

Apesar de não acreditar que o racismo teve início no século XIX, o autor expressa acreditar que, a partir das lógicas do biopoder, tal violência foi inserida entre os mecanismos de ação do Estado, enquanto um ferramenta fundamental de ação – algo característico dos estados modernos (FOUCAULT, 1976). Sendo assim, por essa perspectiva, torna-se possível o entendimento de que quase não é viável o funcionamento do Estado Moderno, sem que, “em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (FOUCAULT, 1976, p. 304)⁵. No mesmo raciocínio, considerando tal processo discriminatório como

⁵ Pensar essa interpretação de Foucault é um movimento interessante, porque, nas condições em que ele se coloca a pensar a conjuntura, o contexto em que ele está inserido e o lugar que ele ocupa no mundo emergem, num gesto público relevante, à tal reflexão inicialmente nos cenários acadêmicos, principalmente, em um momento pós-segunda-guerra.

instrumento do Estado, faz-se necessário pensar duas principais funções, são elas: a) a função de diferenciar biologicamente a humanidade, de modo a demarcar, dentre o sujeito e o não-sujeito, quem deve morrer e quem deve viver (movimento que escancara o racismo biológico) e; b) o papel de atuar enquanto “legitimador”, que estabelece uma relação positivada com o assassinato – por exemplo: para a manutenção da minha vida e da vida dos meus, eu posso matar o que é diferente de mim, a fim de garantir que possamos viver mais e em melhores condições:

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1976, p. 305).

Nesse caminho, Foucault (1976) promove uma discussão que toma o holocausto como ponto central em torno da problemática do racismo, frente aos modos nos quais o setor se apropria de tal violência, para, de fato, promover políticas de morte sobre a vida de uns, em detrimento à vida de outros. Em contrapartida, Almeida (2020) argumenta que, apesar do tamanho da atrocidade do holocausto, tal acontecimento não é a gênese da associação entre o Estado e as políticas de morte contra grupos raciais. Essa relação teve início durante o colonialismo (ALMEIDA, 2020) e a ausência da discussão, para o professor, sinaliza diferentes tratamentos dados a massacres que ocorrem em diferentes territórios, que alcançam diferentes pessoas e em diferentes condições.

Com isso, frente à trama teórica proposta Foucault, Mbembe (2013) argumenta que, com base na filosofia moderna, contextos coloniais são lidos enquanto territórios em que a soberania se derrama como um poder que é exercido acima da lei. Desse modo, mesmo a ideia de paz defende uma constante de guerra, que toma o povo colonizado como inimigo (MBEMBE, 2013). Sendo assim, o conceito de *necropoder* (MBEMBE, 2013) diz de uma dimensão na qual a morte não perturba leis e o Estado não interfere no direito de matar, de modo que

A peculiaridade do terror colonial é que ele não se dá diante de uma ameaça concreta ou de uma guerra declarada; a guerra tem regras, na guerra há limites. Mas e na ameaça da guerra? Qual o limite a ser observado em situações de emergência, em que sei que estou perto da guerra e que meu inimigo está próximo? Não seria um dever atacar primeiro para preservar a vida dos meus semelhantes e manter a “paz”? É nesse espaço de dúvida, paranoia, loucura que o modelo colonial de terror se impõe (ALMEIDA, 2020, p.119).

É importante refletir sobre o que conta o intelectual, porque a ideia de *necropolítica* (MBEMBE, 2013), enquanto política de morte, surge intimamente ligada aos conceitos de terror e, conseqüentemente, de contra-terror, que emergem baseados no princípio da alteridade, e, no fim, têm o mesmo objetivo (MBEMBE, 2017). Essa relação, apesar de não sinalizar um processo recente, é atualizada, em contextos coloniais. Se o terror provoca o medo e também provoca o colapso no imaginário social, ameaçando bases profundas de certa sociedade, Mbembe (2017) indica que o contra-terror defende veementemente o argumento de que medidas tomadas pela exceção, nas quais o Estado pode matar irrestritamente, são as únicas capazes de conter esse mal. A partir disso, a suspensão de direitos e o fim das garantias que protegem os colonizados são as únicas possibilidades capazes de manutenção de direitos civis.

Não se trata somente do biopoder e nem da biopolítica quando se fala da experiência do colonialismo e do apartheid, mas daquilo que Achille Mbembe chama de necropoder e necropolítica, em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis (ALMEIDA, 2020, p.).

Frente às teorias imbricadas nesse estudo, o Estado brasileiro, assim como os demais países da América do Sul, se apresenta como território alicerçado sobre matrizes coloniais. A partir disso, considerando as violências experienciadas neste período e os impactos herdados, desde então, é possível refletir os modos nos quais a necropolítica aparece no cotidiano de minorias raciais – é o que acontece com os povos negros e indígenas. Esse modelo de governança só é possível por meio de mecanismos de verdade, ferramentas legitimadas moralmente e institucionalmente:

Da mesma forma, o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada “guerra às drogas”, que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras. Não seria exagero dizer que o sistema de justiça é um dos mecanismos mais eficientes na criação e reprodução da raça e de seus múltiplos significados” (ALMEIDA, 2020, p. 52)

Desse modo, para o professor, esses movimentos só são colocados em prática, porque têm origem em instâncias que possuem o respeito da sociedade; são estruturadas em uma ideia de bem comum; e bebem da ideologia do progresso (MAFRA; MARQUES, 2019). Sendo assim, as teorias que sustentam a ação Estado-moderno-liberal são postas enquanto verdades neutras e absolutas, justificadas pela razão universal. Frente a esses pressupostos, as normas que regem a vida comum em contextos brasileiros tendem a se distanciar do debate crítico acerca das disposições raciais, ao considerar o racismo uma irracionalidade, um

problema individual e não estrutural (ALMEIDA, 2020). Nesses contextos, as instituições modernas – Estado, Mercado e Ciência – (MAFRA, 2021) constituem a base epistêmica do racismo institucional, a partir da implementação da necropolítica.

1.2. Dimensões estruturais e institucionais do racismo: o lugar das organizações

Pensar o assassinato de João Pedro, no contexto da pandemia da Covid-19, é gesto que solicita, inevitavelmente, o desenvolvimento de uma problemática conceitual que, neste trabalho, é entendida como central: o racismo. Segundo Almeida (2020), é de grande relevância o entendimento do racismo como um processo composto por práticas atreladas à discriminação racial negativa — que é estabelecida por meio da articulação com a segregação racial, tornando experimentadas situações de privilégios e subalternidade por indivíduos brancos e não-brancos, respectivamente (ALMEIDA, 2020, p.32). Ainda nesse sentido, é fundamental a concepção dessa prática como o resultado de trajetórias históricas particulares de contextos específicos, de modo que tal resultado, apoiado nessa lógica, materializa 1) modos de produzir violências; e 2) vítimas que variam de acordo com o percurso histórico de cada sociedade (ALMEIDA, 2020, p.52). Dessa forma, o racismo também tem como característica o cunho político, por conta do poder de organização social que ele detém, bem como de marcas que atravessam e transformam a estrutura do coletivo (ALMEIDA, 2020, p.53).

Em meio a essa discussão, é importante compreender o esforço analítico de Almeida (2020), sobre o qual busca-se duas de suas categorias para a problematização do racismo: as dimensões estruturais e institucionais – que, nesta pesquisa, são peças fundamentais para pensar os modos por meio dos quais o necropoder é exercido. O professor descreve o racismo como uma prática de cunho estrutural que, por ser um produto do conjunto de fatores históricos e políticos, torna-se parte da lógica que constitui a estrutura da sociedade em questão. No Brasil, por exemplo, pode-se considerar a colonização de exploração, que utilizou, por centenas de anos, mão de obra escrava de pessoas vindas do continente africano e, também, faz-se indispensável a reflexão sobre, por exemplo, a quem o racismo beneficia em situações como as de projetos políticos que impedem ascensão e/ou prestígio social de pessoas negras.

Com isso, para o intelectual, é importante a compreensão de que “ser racista” não se trata de uma anomalia, nem se refere a uma disposição que destoa de práticas realizadas por indivíduos em condições normais de sanidade. Em pensamento contrário, o filósofo explica

que, em sociedades como a brasileira, o racismo é regra que se afirma — e se reafirma — por meio de uma ideologia. Tal fenômeno, que paira, de maneira geral, sobre todos os integrantes da coletividade, evidencia-se como uma tradição, e, desse modo, também, por alcançar os negros, se sustenta ao longo do tempo (ALMEIDA, 2020, p. 50-51). Sendo assim, para além do necessário juízo atribuído ao racismo, de acordo com o filósofo, é importante a compreensão da “mecanicidade” que dele é característica e, com base nisso, observar a execução do racismo como fruto de uma regra que molda a todos que por ela são alcançados.

Tal visada estrutural insinua tanto perspectivas individuais quanto institucionais, por meio de discriminações que, segundo Adilson Moreira (2017), podem ser descritas como diretas e indiretas. A partir dessa perspectiva, o intelectual elucida que a discriminação direta tem como característica o tratamento diferenciado, geralmente, aplicado a minorias, como acontece com grupos raciais e de gênero, em cenários interpessoais, em que pode-se observar a clara intenção de discriminar (MOREIRA, 2017, p. 100-101). No ponto de vista, há, também, o conceito de discriminação indireta, que possui cunho mais discreto; que não se auto denuncia; e que, nem sempre, é marcada pela intencionalidade, mas afeta grupos inteiros (MOREIRA, 2017, p.102-104). Inevitavelmente, a compreensão da discriminação indireta nos faz evocar a segunda categoria proposta por Almeida (2020) e discutida neste trabalho — o racismo em suas dimensões institucionais — e seus possíveis impactos, principalmente, em instituições do poder público. Werneck (2016, p. 542) salienta que o racismo institucional

equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo. Ainda que o papel do racismo na determinação das condições de vida e saúde seja reconhecido, é importante reconhecer, também, a existência de codeterminantes, ou seja, outros fatores que atuam concomitantemente, aprofundando ou reduzindo seu impacto sobre pessoas e grupos.

Em continuidade a esse raciocínio, Almeida (2020) elucida que, diferente do racismo individual (aquele que é exercido em relações interpessoais e que tem como consequências de repressão ações jurídicas contra pessoas físicas), o racismo institucional se manifesta de maneira sutil, de modo que os holofotes pairam de forma mais discreta. Entretanto, tal gesto não insinua uma compreensão desse processo como supostamente menos nocivo à existência de grupos raciais minoritários no Brasil: segundo esse argumento, “o racismo institucional se origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, por isso, recebe muito menos condenação pública” (ALMEIDA, 2020, p. 44).

Na mesma toada, de acordo com Werneck (2016), o racismo institucional é o âmbito mais inobservado das manifestações desse processo. Com isso, a autora reforça que a marginalização de pessoas que, de alguma forma, destoam de um padrão racial “desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais” (WERNECK, 2016, p. 541). Em concordância com a autora, Moreira (2020) aponta o racismo institucional como uma ideia que é expressa em quatro cenários: o primeiro ocorre quando indivíduos não brancos são impedidos de ter acesso a serviços de alguma instituição; depois, quando serviços são oferecidos a essas pessoas de forma discriminatória, com base em suas características raciais; terceiro, quando há impedimento, por parte das instituições, no acesso dos indivíduos em questão a postos de trabalho; e, por quarto e último cenário, quando as possibilidades de ascensão, em uma hierarquia de cargos, são prejudicadas diante de uma raça que destoa do padrão racial hegemônico de determinado contexto — neste último ponto, é importante pensar no que a estrutura daquela sociedade estabeleceu como aceitável, numa perspectiva de raça.

Desse modo, ainda segundo Almeida (2020), é de responsabilidade das organizações viabilizar aos indivíduos que com ela se relacionam a aquisição de desvantagens e privilégios postos com base numa perspectiva racial — aqui, também, é importante citar a discriminação positiva, que atribui vantagens com o objetivo de diminuir desigualdades, políticas como o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010) e, conseqüentemente a Lei de Cotas (BRASIL, 2012). Porém, tomando esses espaços como ambientes de conflitos, como explica Baldissera (2007), para que as organizações exerçam a manutenção da estabilidade de sistemas sociais, há necessidade do desenvolvimento de estratégias que as possibilitem a capacidade de absorver tensões que atravessam as pessoas que as molda, de modo que, diante de tal postura, os indivíduos possam se transformar potencialmente em sujeitos que exercem um papel que, previamente, já lhes são estabelecidos (ALMEIDA, 2020, p.38). Nesse sentido, a comunicação organizacional se revela como campo profícuo à problematização do racismo institucional, gesto este que será iniciado no tópico seguinte.

1.3. Comunicação organizacional e estéticas da diferença: emergências e latências frente ao racismo institucional

Em continuidade da discussão, ainda no que diz respeito às organizações, Almeida (2020) explica que a lógica de funcionamento desses espaços é dotada de duas características

comuns, que são: primeiro, o fato de as instituições derivarem da sociedade e, desse modo, só existirem porque a sociedade existe, surgindo para suprir a uma demanda coletiva; segundo, para o autor, as instituições carregam com elas conflitos que refletem traços de seu pessoal — no caso, seus valores/práticas da vida pública e civil de uma coletividade. Com isso, esses lugares são alicerçados em estruturas sociais pré-estabelecidas e, assim, conseqüentemente, as refletem. Dessa forma, como afirmam Mafra e Marques (2019), o contexto organizacional, caracterizado pelos objetivos partilhados postos institucionalmente, é ambiente marcado pela promessa de uma felicidade idealizada (mobilizada pela lógica da vida moderna) e também é construído por meio da emergência de personalidades — que, nesse espaço, são, em tese, podadas em nome da racionalidade e, nesse sentido, coagidas a se afastarem de suas emoções/afetações em nome “da objetificação de sujeitos e de novos aprisionamentos em processos de poder” (MAFRA, MARQUES, 2019, p.2); fazendo do contexto organizacional um espaço onde “a razão se materializa na instrumentalização de relações sociais, subsumidas “pelo discurso moderno-liberal” (MAFRA, MARQUES, 2019, p.2).

Sendo assim, a linha de raciocínio desenvolvida pelo autor e pela autora colabora para uma compreensão de cenários nos quais, em nome da razão, pode-se reproduzir práticas institucionais de cunho opressor (e, com isso, racistas), o que dialoga com o que Baldissera (2007) ressalta, ao compreender a comunicação e a identidade organizacional como gesto que solicita um movimento de discordância com as perspectivas que tomam as organizações como ambientes de permanente coerência/estabilidade. Para Baldissera (2007), faz-se necessário perceber esses espaços como complexos e constituídos por sujeitos diversos, estes que são movidos — e/ou paralisados — por contextos em constante atualização. Dessa forma, o professor argumenta que a noção de identidade está intimamente ligada à diferença, diante da inscrição da alteridade enquanto mecanismo de afirmação do Eu e do Outro. No mesmo percurso, Baldissera (2007) destaca que toda organização vivencia um constante processo de atualização de sua identidade, quando tensionada pelas diferenças presentes nas relações ajustadas com seus públicos, o que é resultado de diálogos e disputas de sentido, revelando, assim, o caráter complexo, desordenado e desorganizado das instituições, seguindo lógicas de díades paradoxais, apontando aberturas e fechamentos, aproximações e afastamentos, que provocam a simpatia de seus públicos e, inevitavelmente, a apatia ou antipatia de outros indivíduos.

Esse processo de alteridade, segundo Mafra e Marques (2019), só é possível quando experienciado em conexão com o espaço público, que é tomado como um espaço destinado a

movimentos que extrapolam a conformidade da comunhão também presente no diálogo. Para o professor e professora, esse lugar é, inclusive, constituído por pluralidades, discussões e tensões que evidenciam um caráter estético e dialético prescrito pelas interações. Nessa linha de raciocínio, Baldissera (2009) evidencia que, a partir desse contato com o diferente, identificações (partes de uma identidade) são criadas e evocadas por sujeitos e pela organização, com o objetivo de trazer os holofotes para determinado papel social, sem desconsiderar outros marcadores/identificações também presentes na identidade. Com isso, essas marcações não são anuladas, quando uma situação prioriza um dos muitos papéis sociais exercidos por esse indivíduo.

No que diz respeito à identidade organizacional, Baldissera (2007) elucida que esse conceito traduz identificações de sujeitos postos em um espaço específico, evidenciando sua qualidade híbrida: uma identidade que se difere de identificações particulares, mas, ao mesmo tempo, se mantém, também, pela existência delas. Por esse ângulo, Baldissera (2007) entende como natural a existência de conflitos e tensões em ambientes organizacionais, diante da multiplicidade de sujeitos — e identidades — que as constituem. A emergência desses embates acontece em um palco que só é possível de ser montado em ambientes democráticos, conforme afirmam Mafra e Marques (2020), quando sinalizam tal ambiente como imprescindível e externo aos muros impostos pelo ideal de universalização, fruto da modernidade e alicerçado na razão instrumental.

Considerando a intencionalidade e descrição característica das práticas desses agentes frente a seus públicos, é possível trazer à discussão o que Gumbrecht (2010) descreve como a presença de uma atmosfera que deriva de um acontecimento que, em certo momento, já não causa tanto apelo popular e, com isso, tende a desaparecer/deixar de ser pautado com frequência. Com isso, instaura-se um clima que imerge os sujeitos envolvidos e os afeta, mas é de difícil identificação/reconhecimento, como, por exemplo, o almejado fim da pandemia causada pelo coronavírus. Algo que, de modo direto, não estava/está sob o controle da humanidade, mas, no início da crise, havia uma expectativa de fim em um futuro próximo. Porém, com o passar dos dias, conforme foi-se constatando que essa hipótese se encontrava distante de qualquer previsibilidade, cessaram-se os comentários utópicos e, assim, foi estabelecida uma sombra que remete a uma esperança de um futuro reconfigurado, mas alicerçado nas lembranças do passado. Esse conceito o autor nomeia como latência e elucida que

Nenhum “método”, porém, nos “levará” de uma “disposição” específica em direção ao que é latente e de cuja presença nós estamos seguros, ainda que não conheçamos sua identidade; não há maneira de isolar o que é latente. Mas, por que então concentrar-se em “disposições” do passado? Uma razão é que isso nos permite imergir, com nossa imaginação, em situações do passado, quase materialmente (por exemplo, quando escutamos música antiga ou vemos fotografias velhas), levando-nos para perto – bastante literalmente – do passado. Ao mesmo tempo, capturar “disposições” pode nos encorajar a lançar, por assim dizer, pode nos inspirar a arriscar – sob a impressão de uma “disposição” – hipóteses sobre o que o latente pode ser.” (Gumbrecht, 2010, pág 313)

Para o autor, essa concepção pede o entendimento de um movimento que ocorre de modo antagônico, justificado pela relação estabelecida entre uma ação, parte do passado, que, aparentemente, já não comove e, com isso, acomoda um silêncio capaz de declarar comoções que ressoam após o “barulho”, supostamente, passar. Sendo assim, conforme afirmam Silva e Mafra (2020, p. 280):

Uma latência pode ser facilmente compreendida como “algo que não passou” e que se mostra presente nos sentimentos que se referenciam frente a um processo histórico marcado por impossibilidades, violências institucionais e impedimento à emergência de diferenças.

Nesse ponto, torna-se tangível a associação entre o que propõe o autor alemão com o que teorizam Mafra e Marques (2017), quando fazem referência a uma característica das organizações latinas que tende a bloquear a emergência de reivindicações grifadas pelas diferenças, ao passo que se encontram em estruturas constituídas por simultaneidades latentes, com a desatualização das diferenças, que se dá por meio da atualização de discursos que reafirmam as ideologias presentes no comum da modernidade. Porém, mesmo diante dessas tentativas, “não há maneira de isolar o que é latente” (GUMBRECHT, 2010, p. 313). Sendo assim, conscientes do manejo da praxe que, nesses contextos, tenta inibir o que ressoa, Mafra e Marques (2019) explicam que o espaço democrático permite o aparecimento das diferenças, dos tensionamentos/questionamentos/reinvicações – o que perturba instantaneamente esses órgãos.

No fim, se para Baldissera (2007) as organizações só sobrevivem quando atualizadas, dando continuidade a esse silogismo, Mafra e Marques (2019) sinalizam que uma estratégia de sobrevivência dos complexos organizacionais é a atualização de suas estruturas por meio da desatualização da alteridade trazida pelo(s) Outro(s). Desse modo, para o pesquisador e pesquisadora, é inadequada a ideia de que uma organização se desatualiza quando não cede às reivindicações demandadas pelos públicos. À medida que toda organização se atualiza,

porém, em contextos contemporâneos, atravessados pelos efeitos da modernidade, é observável o movimento de atualização, por meio do silenciamento — gesto que desatualiza as diferenças.

(...) estamos diante de um peculiar fenômeno: como a atualização/regeneração da identidade organizacional é inevitável, e sempre provocada pelas perturbações da diferença, o que parece acontecer, nos ambientes relacionais das organizações presentes em contextos latino-americanos, é uma espécie de desatualização intencional das diferenças - uma motivação explícita em silenciá-las - a partir de um reforço na atualização dos discursos modernizadores do progresso. Sendo assim, é importante notar que a organização continua sendo desafiada a se regenerar/se atualizar - esse processo não se torna estancado (MAFRA; MARQUES, 2019, p.12).

Considerando a Comunicação Organizacional como mecanismo que atua para além da fala organizada e das burocracias formais de instituições, Baldissera (2009) busca compreendê-la como âmbito constituído por três dimensões: a organização comunicada, a organização falada e a organização comunicante.

A organização comunicada, segundo o autor, é compreendida como as ofertas de si de uma determinada organização, com o objetivo de representar uma imagem idealizada — o que pode-se observar em situações, por exemplo, quando uma empresa financia campanhas publicitárias com elenco constituído, majoritariamente, por modelos negros. Com isso, é possível a construção de uma imagem oficial que busca se ofertar como inclusiva, diversa e, em tese, antirracista, o que, ao depender dos sujeitos a quem o trabalho é direcionado, pode ser positivo (ou não). Nesse caminho, para Baldissera (2009), a organização falada abarca questões relacionadas ao ambiente externo às organizações, onde é nulo o controle sobre indivíduos, de modo a considerar um processo de caráter mais informal e indireto. Por fim, de acordo com o pesquisador, a organização comunicante pode ser compreendida enquanto um lugar de interação entre a organização e os públicos, que possibilita maior intercâmbio com as partes reivindicantes e soma no contorno de situações que exigem atualização.

Com isso, a linha argumentativa dessa discussão parte da ideia exposta por Baldissera (2007): uma organização, para sobreviver, inevitavelmente, precisa se atualizar e se regenerar, diante de tensões, a fim de provocar identificações com seus públicos e, com isso, obter certo coeficiente de simpatia, numa perspectiva moral. Nesse sentido, este texto perpassa pelo que Almeida (2020, p.38) aponta, quando diz que a “estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social”. Para o intelectual, concessões/atualizações, de fato, são realizadas; porém, o interesse

por essas condescendências está atrelado à estabilidade e à manutenção do poder/controlado de sistemas sociais, políticos e econômicos por grupos que detêm maior influência coletiva – o que dialoga com Foucault (1976). Com isso, o professor ainda conta que a forma como as instituições conversam com as diferenças é de suma importância, no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo.

Nessa lógica, Mafra e Marques (2019) evidenciam que as tensões identitárias recaem sobre as organizações, proporcionando a materialização de processos que resultam da frustrante jornada idealizada pelo projeto moderno. Com isso, falar e/ou calar, se abrir e/ou se fechar, são escolhas que expressam posicionamentos que podem ou não ser explícitos e, simultaneamente, carregam, de modo intrínseco, possíveis ditos, não ditos, mal ditos e latências de um passado que provém o presente (Mafra, Marques, 2019, p.17). Ainda para os docentes, como apresentamos, a desatualização das diferenças é um fenômeno presente e expresso nos ditos e não ditos organizacionais, quando conveniente, e em nome do progresso e da razão.

O próximo tópico, visa compreender como as fissuras e tensões identitárias, presentes em manifestações observadas pelas lentes da comunicação comunicada (BALDISSERA, 2009), revelada na página no Twitter do ex-governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, apontam o quanto a abordagem e o assassinato do menino João Pedro revelam prescrições, tendências de relação, formas de proteção e desproteção, estas que, no contexto da pandemia, se tornam explícitas pelo silêncio.

1.4. O Twitter e a emergência de um ambiente relacional entre organizações e públicos

Com base no que elucidam Baldissera e Vinhola (2020), quando apontam o processo midiático como uma esquematização gradativa de práticas que, atualmente, têm adotado um manuseio cada vez mais difuso – e, talvez, inclusivo – entre os indivíduos, torna-se evidente a transformação enfrentada pela comunicação organizacional, nos últimos anos. Diante da popularização do ciberespaço e da acessibilidade cada vez mais atribuída à posse e ao manuseio dessas ferramentas, os pesquisadores afirmam que

com o advento da internet e a explosão da mediação digital, o chamado campo midiático é deslocado de sua posição central, pois o acesso irrestrito às técnicas e lógicas midiáticas dissipa esse elo organizador, quebrando o controle gerencial do campo dos media (BALDISSERA; VINHOLA 2020, p.30).

Ao levantarem esse argumento, os pesquisadores apontam para uma reformulação das lógicas das mídias institucionais, sendo que, em contextos recentes, faz-se visível a emergência de um ambiente relacional que abre mão de uma informação centralizada e sem o contato direto com as respostas dos públicos, como no modelo previamente - e ainda muito presente - posto pelo rádio, pela televisão e pelo impresso. Para os intelectuais, no contexto atual, com o aparecimento e a disseminação da internet, a comunicação das instituições pode estar presente em espaços que proporcionam a viabilidade da fala simultânea e da escuta direta com/de seus públicos, estes que, para os autores, também são parte da cultura daquela organização. Nesse sentido, é importante pontuar o ciberespaço como uma esfera multifacetada e composta por ambientes que coexistem e tendem a dialogar, mas, ainda assim, principalmente no que tange às redes sociais, é relevante a percepção com que cada uma delas aponta para públicos e sujeitos complexos/diferentes.

Sendo assim, com inspiração no que propõem Rosa e Russel (2010), é possível perceber que, inevitavelmente, as organizações passarão a elaborar, de modo mais ou menos estruturado, um projeto de comunicação nos contextos digitais para alcançar a visibilidade e imagem convenientes (ROSSETTO, CARREIRO E ALMADA, 2013, p. 193). Nesse contexto, torna-se viável perceber o microblog Twitter como um lugar possível à ocupação organizacional, quando as instituições se dispõem a compor um local comum, com características típicas de ambientes abertos e auto-atualizáveis. Ao considerar o Twitter um espaço relacional, Rossetto, Carreiro e Almada (2013) compreendem que a plataforma parece especialmente interessante por se mostrar como um local de ressonância de temas e discussões políticas que são divulgadas pelos mais diversos meios de comunicação (ROSSETTO; CARREIRO; ALMADA, 2013, p. 191).

Com isso, para as pesquisadoras e o pesquisador, o Twitter é um ambiente ocupado pela comunicação organizacional e, diante dessa marcação de atuação, como explica Baldissera (2009), inevitavelmente, ele precisa se atualizar. No caso da plataforma, pode-se afirmar que ela atua como dispositivo que potencializa a interação e sustenta a presença da organização e dos públicos, a partir da manifestação/afirmação por meio de tweets, retweets (RTs), comentários e ferramentas de envio de mensagens diretas, expondo, assim, concordâncias e discordâncias.

Para Rosa e Russel (2010), é possível observar que as instituições também utilizam o Twitter como um instrumento capaz de intermediar o elo interativo com os seguidores e, dessa

maneira, fica estabelecido um arquétipo similar ao de uma ouvidoria traçada neste ambiente virtual, que dá aos públicos a oportunidade de expressão, diante das manifestações e/ou não manifestações expressas em um perfil institucional. É importante ressaltar que, com a emergência desse espaço de co-protagonismo assumido pelos públicos, há o fomento da tessitura de uma rede híbrida de significados - esta que, de acordo com Baldissera e Vinhola (2020), traduzem uma constante atualização das práticas culturais da organização. Desse modo, essas redes atuam enquanto instâncias que são estruturadas e estruturantes de/por sujeitos, de maneira que a cultura organizacional

se atualiza em interações, pois os sujeitos movimentam sentidos que podem se exercer sobre ela, podendo ressignificar algum de seus aspectos. Isto é, esses sujeitos, ao compartilharem significação, ao circularem e disputarem sentidos, podem perturbar a teia de significação estabilizada em perspectiva da contínua reelaboração (tecendo, destecendo e/ou retecendo-a). (BALDISSERA; VINHOLA, 2020, p.28).

Partindo desses pressupostos, torna-se evidente que a comunicação organizacional no Twitter diz muito mais que a disposição de informações relacionadas à autopromoção e à propaganda. Neste trabalho, a plataforma é compreendida como um lugar de interação, cercado de emergências e silêncios - expressos tanto pelas organizações, quanto pelos públicos.

Considerando a linha de raciocínio aqui desenvolvida, torna-se possível dar luz à presença das dimensões da organização comunicada, da organização falada e da organização comunicante, estas que, como afirma Baldissera (2009), contemplam a comunicação organizacional e existem simultaneamente. No Twitter, se uma entidade pública/representante do poder do Estado opta pela criação de uma conta e diz sobre si, automaticamente, ela sinaliza a organização comunicada; quando indivíduos externos ao meio, por exemplo, publicam tweets, de modo independente, sobre o órgão ou comentam posts de outros sobre a entidade, é expressa, assim, a organização falada; por fim, quando seus públicos se manifestam em comentários, retweets ou mensagens privadas e/ou diretas na conta da organização, é cristalizado o acontecer da organização comunicante. Ainda nesse caminho, Baldissera (2009) aponta a potencialidade da organização comunicante, no que diz respeito a perturbar a estabilidade ideológica de uma instituição - o que, para o autor, pressiona a atualização/reorganização do meio.

Quando uma organização é provocada por públicos que exigem um pronunciamento sobre um ato por ela exercido, automaticamente, ela se atualiza, porém nem sempre cede às demandas de coletivos. Se as reivindicações coincidem com a proposta institucional de um

lugar, elas podem ser acatadas, mas, se não, outros meios de estabilização da ordem vão surgir - gesto este que explica posturas pautadas por silêncios e indiferenças, por exemplo. Sendo assim, se práticas lidas como parte de uma política de morte são exercidas por uma corporação, esta última pode passar a ser cobrada por seus públicos por meio do Twitter – o microblog é, teoricamente, parte de um ambiente democrático. Ainda que a referida organização opte pelo silêncio, automaticamente, ela se atualiza, por intermédio do que Mafra e Marques (2019) descrevem como desatualização das diferenças. Observar como a comunicação organizacional do poder público brasileiro operou, no contexto do Twitter, em relação à morte do menino João Pedro, é o gesto que será analisado a seguir.

CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. A metodologia

Com base na abordagem metodológica proposta por Ginzburg (1989) e, em seguida, discutida por Braga (2008), tem-se aqui um estudo construído sob o alicerce do paradigma indiciário, que prescreve a separação de vestígios/indícios, a fim de tornar viável a interpretação, a produção de inferências e a articulação do objeto com as epistemologias já postas, por meio da investigação, da observação e da análise. Para Braga (2008),

o indiciário não corresponde a privilegiar exclusivamente o empírico. A base do paradigma não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências. Uma perspectiva empirista ficaria apenas na acumulação de informações e dados a respeito do objeto singular. Diversamente, o paradigma indiciário implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos (BRAGA, 2008, p. 78).

Ainda com os olhares na direção do que aponta o professor, pode-se compreender que tal arquétipo pede uma leitura analítica, crítica e qualitativa, o que faz do paradigma uma alternativa teórico-metodológica ajustada às necessidades da Comunicação (BRAGA, 2008). No mesmo caminho e paradoxalmente, para o professor, é de suma importância dar atenção a questões como: o risco de potenciais epistemologias não se desenvolverem plenamente, por conta da demasiada influência de outros campos que podem interferir nos estudos comunicacionais; a possível instrumentalização dos plausíveis rumos da pesquisa, com o objetivo de confirmar teorias previamente formuladas; e também a provável dispersão dos assuntos estudados diante da pluralidade de objetos de análise.

Ainda para Braga (2008), para uma angulação prática/técnica, a lógica descritiva pode ser útil, mas não agrega conhecimento/novidade ao campo de estudos. Com isso, diante do processo de constante construção e reformulação dos saberes comunicacionais e do caráter interdisciplinar do meio, é notável a interface estabelecida entre áreas de conhecimento, o que ocorre com o objetivo de provocar tensionamentos entre doutrinas e, conseqüentemente, entre as teorias e o objeto, conforme propõe o professor (2004), quando diz que o

conhecimento avança pelo desenvolvimento de percepção das incidências mútuas entre o campo da comunicação e os campos sociais e/ou de conhecimento outros - uma vez que o objeto não aparece nunca "em estado puro" (que seria o "exclusivamente comunicacional") isolado de motivos e processos que lhe dão "tonalidades" (BRAGA, 2004, p. 229).

No mesmo sentido, tendo em vista o que o autor (2004) define como “desentranhamento” (a busca por uma modelo metodológico que compreenda a complexidade e a multidisciplinaridade das questões elaboradas pela Comunicação, considerando as peculiaridades do campo e as abordagens necessárias), neste estudo, teorias são postas em consonância com o objetivo de responder aos questionamentos que emergem perante a identificação de ações que legitimam o necropoder, denunciado por gestos discursivos institucionais, no contexto do Twitter.

Aqui, com base no que indicam Silva, Baldissera e Mafra (2019), toma-se como discurso organizacional manifestações que extrapolam a delimitação posta pelos ambientes oficiais e, com isso, leva-se em consideração, também, “ramificações, organizadas e configuradas em outros processos de interação” (SILVA; BALDISSERA; MAFRA, 2019, p.4). Ainda nessa toada, Baldissera e Mafra (2020) compreendem o discurso enquanto lugar epistêmico que reflete práticas interacionais e que deriva de movimentos de tensões e disputas de poder. Para os pesquisadores, esse âmbito da linguagem é profundamente marcado pela identidade e pela diferença, mas, em dissonância com a real complexidade do ambiente organizacional, ele tende a se apresentar enquanto um agente estabilizador, que suspende o conflito e o dissenso, promovendo a cômoda visibilidade de representações referentes a um ambiente de suposto consenso e coerência.

Com isso, torna-se necessária a adoção da análise do discurso organizacional proposta por Baldissera e Mafra (2020) como parte da abordagem metodológica deste trabalho, dada a possibilidade de observar criticamente, por meio de vestígios (que aqui também são narrativas), a existência de situações de subjetivação e de conflitos sociais, frutos do projeto

moderno (BALDISSERA; MAFRA, 2020). Para os professores, com o aparecimento das diferenças e, conseqüentemente, das tensões identitárias,

as tentativas de pasteurização da modernidade são contrapostas, desafiadas, denunciadas, operando os discursos organizacionais como vestígios epistemológicos e metodológicos que se apresentam aos pesquisadores da comunicação organizacional como materiais preciosos para análise das relações de poder, dos processos de subjetivação e dos conflitos sociais e humanos, conseqüentes do projeto moderno (e de sua profunda crise) (BALDISSERA; MAFRA, 2020, p. 281).

Sendo assim, fundamentando-se no que explicam os intelectuais, esta pesquisa, inicialmente, parte do interesse de analisar as respostas oficiais do poder público diante de questionamentos impulsionados pela hashtag #procurasejoaopedro, que foi levantada no microblog no dia 18 de maio de 2020 e apoderada por um número notório de pessoas/personalidades públicas e anônimas, em diversas plataformas sociais, com o objetivo de expressar posicionamentos sobre o caso, o que denuncia o fenômeno enquanto um lugar marcado pelo que Baldissera e Mafra (2020) descrevem como experiência pública. Para os autores, tal cenário emerge quando a situação nos posiciona num lugar publicamente compartilhado – num espaço público de ação e de relação, formado por um nós múltiplo, real e potencial –, em meio ao qual sujeitos e organizações participam difusa e complexamente (BALDISSERA, MAFRA, 2020, p. 9).

Ainda segundo os pesquisadores, o correr da experiência pública não pode ser previsto, porque ela é movida por uma força de caráter difuso e desorganizado, em meio à qual o sentido dos acontecimentos não se mostra pronto/estável/fixado, mas sim em constante (re)atualização. Com isso, com os olhares atentos à complexidade dessas interações, foram investigadas as publicações do ex-representante de Estado, da Polícia Civil e Federal, no âmbito do Twitter, do Instagram e do Facebook, durante o período de sete dias, após o dia do assassinato de João Pedro Mattos, ou seja, de 18 a 25 de maio de 2020.

2.2. O contexto de estudos

Assim, tornou-se possível compreender, após exaustiva pesquisa, que a única manifestação registrada por esses órgãos foi uma declaração/postagem do ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, feita por meio de sua conta no Twitter, no dia 19 de maio daquele ano, data em que o corpo do menino foi encontrado, já sem vida⁶. A postagem

⁶ Tweet a ser observado:
https://twitter.com/wilsonwitzel/status/1262860052802744323?ref_src=twsrc%5Etfw

conta com mais de 2.800 comentários diretos, 662 retweets com comentários e 2.597 curtidas. Nesse sentido, toma-se esse discurso/tweet e as interações decorrentes dele — comentários e retweets — como objeto analítico, como consequência do entendimento do discurso organizacional enquanto um vestígio de experiência pública que pode proporcionar leituras que extrapolam o aparente e que podem ser traduzidas pelas lentes da análise do discurso organizacional.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISES

Nesta análise, foram elencados indícios capazes de demonstrar o clima de latência estabelecido, frente à necropolítica praticada pelo Poder Público do Rio de Janeiro. Tal movimento aponta para uma política de morte maquiada por práticas racistas, que são denunciadas pelas falas e pelos silêncios que constituem a comunicação organizacional desses órgãos.

Em consonância com os esforços analíticos desenvolvidos por Foucault (1976), Mbembe (2013) e Almeida (2020), pode-se afirmar que o necropoder exercido pelo Governo do Rio é sustentado por uma ideologia racista, que perpassa dimensões históricas e políticas, refletidas nas diversas instituições. Nessa circunstância, as ramificações organizacionais (o Governo Estadual, suas secretarias e órgãos de segurança pública, as políticas) expõem uma tentativa de justificar o injustificável, com o argumento de manutenção da ordem e de promoção “bem comum” (MAFRA; MARQUES, 2019).

Nesse caminho, Almeida (2020) argumenta que, diferente do racismo individual, que tende a provocar maior comoção pública (principalmente, por conta de seu caráter direto, sua obviedade e nítida intencionalidade), o racismo institucional fere com maior discrição e se vende para o senso comum enquanto um rito legítimo, porque, no geral, é praticado por forças que são estipuladas e respeitadas socialmente – alinhamento que sinaliza um projeto muito maior e que aponta para rotinas organizacionais, não para casos diretos isolados, que chamam atenção e soam como erro/irracionalidade. Para o autor, essas ações são interpretadas com menor condenação pública – o que não indica, de forma alguma, menor letalidade. Sendo assim, no caso em questão, pode-se observar uma prática rotineira que coloca a vida de pessoas negras em alvos sutis, que estão na mira da polícia, do sistema de saúde, entre outras organizações.

É importante ressaltar o pano de fundo pandêmico que cercava o menino, porque, quando morreu, João Pedro estava em um ambiente doméstico, com outros adolescentes, enquanto seus pais trabalhavam. Esse estudo não tem o menor interesse de postular certezas ou de filiar-se a narrativas que acreditam que apenas a presença dos responsáveis pelo menino (pessoas negras) trariam um final diferente ao que aconteceu, mas o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê direitos como a garantia de proteção, de dignidade e de liberdade (BRASIL, 1991), movimentos nos quais, para se tornarem acessíveis, a presença dos responsáveis aparece como fundamental. Com isso, essa ausência também pode ser interpretada como algo que anuncia mais uma estratégia de execução do necropoder, por parte do poder público – instituições responsáveis por garantir, em meio à uma crise sanitária, que essas pessoas consigam se proteger. Além de expor ao risco do vírus pais e mães negros e pobres, tal condição expôs crianças e adolescentes negros ao desamparo e à vulnerabilidade — ainda mais, com a ausência das escolas. No que se refere, especificamente, ao caso de João Pedro, é notável o conforto com que a polícia, munida de fuzis, ultrapassou a porta de uma propriedade privada e, em sequência, disparou mais de 70 tiros dentro da casa, mesmo após ser comunicada sobre a presença de crianças no ambiente⁷.

Diante do silêncio das instituições responsáveis por essa operação, o Twitter surge como um campo que oportuniza a interação entre pessoas físicas e pessoa jurídica, promovendo, assim, a comunicação organizacional. Desse modo, tomam-se duas categorias de análise de acordo com o que propõe Baldissera (2008): a) Latências da organização comunicada, que compreende os discursos do Estado, e; b) Latências da organização comunicante e falada, considerando as manifestações dos públicos — tópicos desenvolvidos nos próximos tópicos.

3.1. Latências da Organização Comunicada

Após o desaparecimento do garoto, no dia 18 de maio de 2020, movimentações, com objetivo de obter notícias sobre a vítima, foram promovidas no microblog. A primeira postagem foi realizada pelo primo do jovem, Daniel Blaz, que pedia ajuda para encontrá-lo.

A partir desse acontecimento, com o incômodo provocado pelas reivindicações postas pelos públicos, na mesma linha do que discute Baldissera (2008), surge a necessidade da atualização de identidades institucionais; porém, conforme apresentam Mafra e Marques

⁷áudio gravado pelo primo de João Pedro que testemunhou o ue aconteceu
<https://twitter.com/danblaz/status/1262759380627251201>

(2019), essa atualização nem sempre é posta de acordo com os interesses dos que a solicitam. Assim, silêncios tendem a aparecer como instrumento de desatualização da diferença – o que aconteceu, por exemplo, nos sites e redes sociais das polícias Civil e Federal. Nenhuma das instituições expressou nenhum acolhimento às demandas dos solicitantes, nem se pronunciou publicamente na busca por informações.

No que diz respeito ao ex-governador Wilson Witzel, nas redes investigadas, foi encontrado um único pronunciamento, no dia 19 de maio, que escancara a prática da organização comunicada descrita por Baldissera (2009).

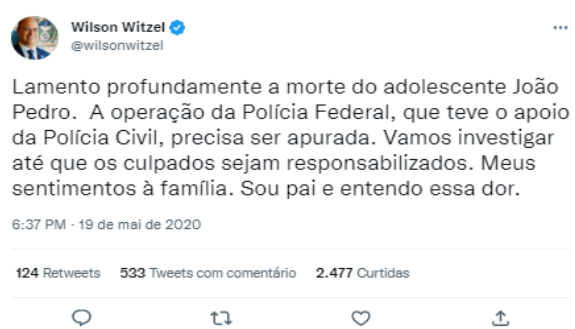


Figura 7: Post publicado pelo Wilson Witzel com menção à morte de João Pedro
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O texto publicado pelo ex-Chefe do Executivo expressa o dito, mas também revela silêncios por parte das polícias e do Estado, por se tratar de um tweet que individualiza o caso, conforme já inferia Almeida (2020), mas que, paralelamente, escancara o normal dessas instituições: que elas são norteadas por uma política de morte. Esse proceder é herança de uma governança soberana (FOUCAULT, 1976) – nos tempos de escravização –, mas que, atualmente, como descrito por Foucault (1976), buscam a manutenção da vida, mesmo se apropriando de práticas de soberania.

Ainda nesse sentido, merece destaque a reflexão de Mbembe (2013) ao tecer o argumento de que tais lógicas de organização social são ancoradas em normas elaboradas por grupos específicos, com maior poder político e de influência no Brasil – o que justifica a espontaneidade do ex-Governador ao dizer quem é digno de morrer, em nome da manutenção da vida “de todos”. Aqui, ficam nítidos os vestígios do poder soberano que é exercido “acima das leis”, tornando visível a ação, cuidadosamente traçada, do necropoder, onde a morte não é um problema para as leis, nem para o Estado.

No conteúdo divulgado, Witzel se posiciona enquanto alguém que despolitiza, desinstitucionaliza e desresponsabiliza ele mesmo e sua instituição – sujeitos eleitos/postos

para governar/garantir a ordem de uma população com muitas diferenças sociais, assim como prevenir a efetivação de tamanha barbárie. Tudo isso é parte do contrato social que também é norteado por princípios que clamam pela garantia da vida (mas a vida de quem?). Cabe, aqui, também refletir sobre o histórico de naturalização da morte de homens armados nas favelas do Estado. Não é função deste trabalho avaliar o quanto isso é grave ou prejudicial à qualidade de vida dos que ali residem, mas não é novidade que as comunidades cariocas têm se posicionado veementemente contra a estereotipização de suas realidades, na condição de espaços compostos por territórios, sobretudo, violentos e desumanos, mas, contrário a esse movimento, o terror descrito por Mbembe (2013) pode ser identificado em discursos anteriores – e posteriores – ao caso de João Pedro⁸. O próprio Witzel já se pronunciou, muitas vezes, como favorável à execução indiscriminada dos moradores que ali portarem armas, embasado no argumento de que esses sujeitos são os únicos responsáveis/culpados pelos problemas de segurança dos lugares onde eles moram – criando pânico, medo e estereótipos. Ainda segundo esse argumento, matar esses sujeitos é a melhor alternativa para solucionar o problema que “eles causam”. Tal sacada remete à relação com terror e com enfrentamento ao terror que Mbembe (2017) conta. A existência dessas pessoas é uma história vendida como uma ameaça e, a partir disso, por meio da cessação da garantia de vida digna pelo Estado, é possível a manutenção dos direitos civis de “todos”.

Nesse sentido, quando a autoridade diz que sua instituição irá investigar “até que os culpados sejam punidos”, ela coloca um limite na investigação, um ponto final. Porém, se o extremo é achar quem matou, essas investigações não problematizam, efetivamente, o racismo institucional que atravessa as polícias brasileiras, Esse movimento, talvez, responda ao necessário, em termos de estrutura judiciária, mas quem “apertou o gatilho” não é sozinho o operador deste sistema, O “até que” indica o espaço de ação dele, porém trata-se de um problema muito maior. Formular esse caminho para a resolução do problema que arrombou a porta João Pedro é uma gesto que escancara o individualismo liberal e trata, como menciona Almeida (2020), o racismo/práticas racistas como uma anomalia, como um caso pontual e comovente. Achar os agentes que dispararam contra a casa do garoto, com o objetivo de

⁸ Caso parecido ocorreu em Jacarezinho, em 2021. As vítimas, mesmo com testemunhas que atestam que aquelas pessoas foram mortas em uma operação de vingança (que serve para vingar a morte de um policial assassinado), são constantemente desumanizadas, humilhadas e deslegitimadas, enquanto sujeitos com direito à vida. Foi-se criado um terror em que a única medida capaz de contê-lo é o contra-terror, que oferece como única alternativa o extermínio.

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-08/mortos-na-chacina-do-jacarezinho-sobem-para-29-e-policia-insiste-na-criminalizacao-de-vitimas-sem-provas.html>

seguir como o mesmo cotidiano organizacional, isola o caso e estrutura o cenário que se repete, com garotos negros em contextos diversos.

Não se pode deixar de mencionar, aqui, a tentativa da autoridade de encontrar um ponto em comum, entre ele e os pais do menino. Ao se apresentar como um pai que entende o que é perder o filho para a violência policial, dentro de casa, automaticamente, ele deixa de reconhecer que, nesse jogo, quem dita as regras é o Estado. A morte de João Pedro é fruto de um processo político e histórico, que gerou uma violência que ele reforça com frequência. Essa realidade nunca vai chegar até o lar do Chefe de estado, porque ele é um homem branco, rico, ex-juiz, que não mora em um bairro em que, sob a alegação de traficantes entraram em uma residência, agentes disparam mais de 70 tiros contra uma casa de família, sem, sequer, checar se pessoas estavam ali (70 tiros são suficientes para conter – ou matar – quantas pessoas?). Ainda nesse sentido, cabe ressaltar que, apesar de estar na condição de pai e de poder vivenciar diversas preocupações com problemas que podem tocar seu filho (ainda mais, se tratando de uma pessoa LGBTQIA+), ele não experimenta o medo do racismo. Com isso, nessas circunstâncias, ele não entende o tamanho da dor que acomete a família de João Pedro. A tentativa de se apresentar como uma pessoa empática, que tem condições de sofrer o mesmo que uma mãe negra, no contexto em que vive a família do menino, na verdade, diz dos efeitos do racismo. Ele, enquanto alguém com poder para mover essa estrutura, quando se iguala aos responsáveis pelo João, reforça as violências que ele endossa em tantos outros contextos.

Sendo assim, ao promover a escolha do tweet do governador Witzel, pode-se perceber que sua omissão de responsabilidade revela a latente e letal prática racista do Estado do Rio de Janeiro e de suas polícias. Essa afirmação pode ser atestada por meio das falas e dos silêncios oficiais, diante de cobranças e reivindicações de parte de seus públicos e, ao mesmo tempo, pela lógica utilizada por outros setores, que atuam com a justificativa do “bem comum”, tornando uma série de situações trágicas aceitáveis, quando em prol de um hipotético futuro próspero/melhor, discutido por Mafra e Marques (2019) como ideologia do progresso. Tais movimentos escancaram violências latentes na sociedade brasileira.

Considerando o conceito de latência proposto por Gumbrecht (2010) — noção trabalhada por ele como uma atmosfera, instaurada em contextos de conflitos/traumas, que tenta performar a retomada de uma normalidade/estabilidade, mas se frustra, diante da certeza da presença de algo que nem sempre é possível ser aprendido e se materializa como um

vestígio do passado acumulado no presente — e o percurso de um país que enfrentou um violento processo de colonização, é possível inferir a existência de uma estrutura que traz consigo latências de um passado que tenta ser ignorado, mas que reflete e ainda afeta sociedades cujas relações foram construídas sobre a escravização.

Por fim, Gumbrecht (2010) ressalta que o que se encontra latente pode ser mobilizado, revisitado e trazido ao presente, enquanto continua inapreensível sob a forma de latência. Isso pode ser observado nas diferentes formas de se posicionar frente a práticas racistas de instituições, como ocorre na emergência dos públicos afetados com o tweet do primo de João, que são atravessados, consciente ou inconsciente, pelo passado que vive latente, como será analisado no próximo tópico.

3.2 Latências da Organização Comunicante e Organização Falada

No que diz respeito à organização comunicante (BALDISSERA, 2009), é notável o envolvimento dos públicos, que, nesta situação, se apresentam enquanto partes reivindicantes de posicionamentos estatais, frente à operação. A escolha do Twitter como um espaço de potente ouvidoria/cobrança (ROSA; RUSSEL, 2010) reflete a tentativa de promoção do diálogo direto entre sociedade e corporação, que, no que diz respeito ao desaparecimento e morte do menino, surge a partir de uma iniciativa dos civis. Nesse sentido, após a publicação do pronunciamento institucional, reações são postas em direção ao Governo, este que, mais uma vez, estabelece um profundo silêncio capaz de deslegitimar contestações e, também, expressar a latência do racismo institucional a partir de um movimento de deflexão, que denuncia não apenas o posicionamento de uma pessoa, mas aparece um forte indício da cultura organizacional do Estado brasileiro (potencializada, obviamente, por um projeto atual de poder, que reforça esse traço culturalmente existente nas organizações do poder público).



Figura 8: Fragmento de um comentário realizado em resposta direta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

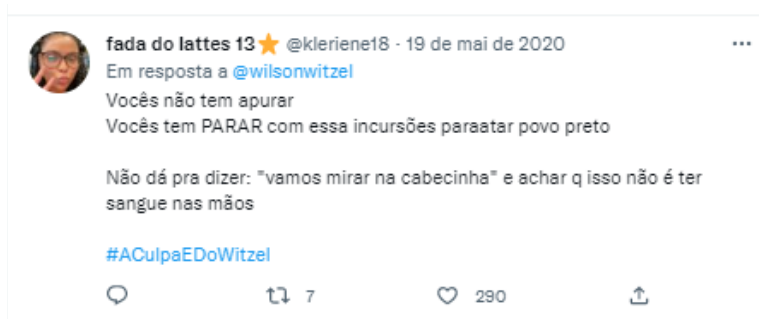


Figura 9: Fragmento de um comentário realizado em resposta direta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

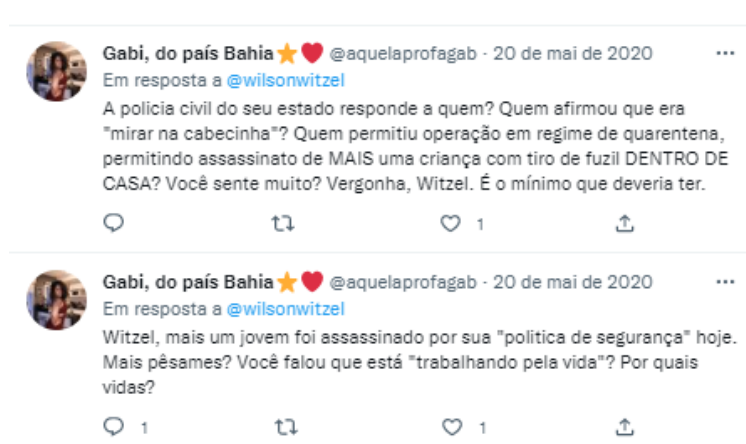


Figura 10: Fragmento de um comentário realizado em resposta direta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ainda nesse caminho, quando em discussão o âmbito da organização falada (BALDISSERA, 2009), é notável que, além das respostas diretas referentes à temática, há o compartilhamento do manifesto prestado pelo Witzel em perfis pessoais, com o objetivo de dar visibilidade à fala da autoridade e, também, às perspectivas dos internautas. Nessa situação específica, é importante a promoção de uma análise de indícios que considere um objeto que contou com 129 retweets sem acréscimo de comentários, ao mesmo tempo que dispôs de 533 reportagens que são acompanhadas de ideias expressas em textos. Nesses compartilhamentos, os públicos citam a fala do ex-governador junto à menção de outros casos de extermínio de pessoas negras promovidos pelas mesmas instituições e endossados pelo governante.



Figura 11: Fragmento de um comentário realizado em resposta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro. O comentário é destinado à rede da seguidora.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

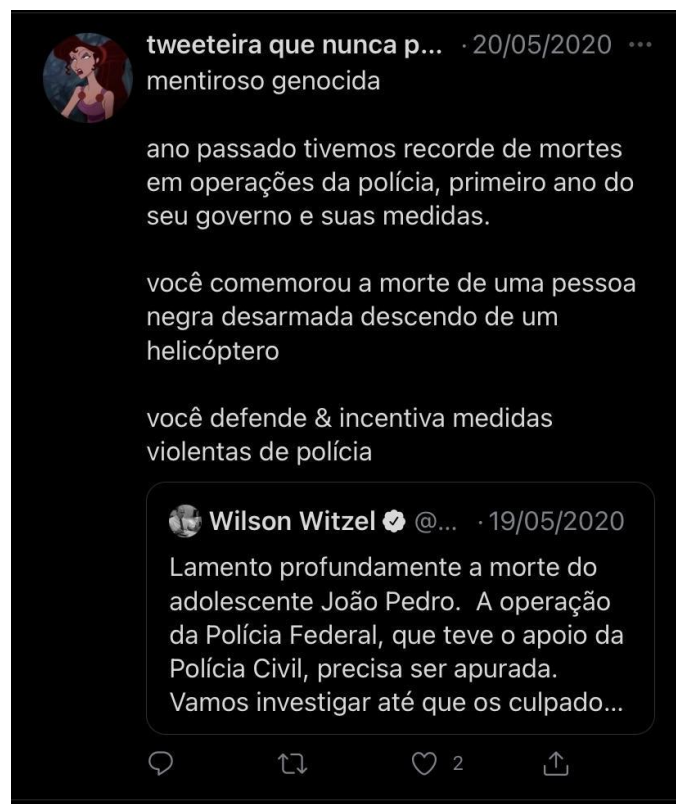


Figura 12: Fragmento de um comentário realizado em resposta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro. O comentário é destinado à rede da seguidora.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.



Figura 13: Fragmento de um comentário realizado em resposta ao post do ex-governador Wilson Witzel, que menciona o menino João Pedro. O comentário é destinado à rede da seguidora.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Tomando como ponto de partida o que explica Baldissera (2007), quando menciona a necessidade do constante processo de atualização das organizações para sobrevivência e a problematização referente à desatualização da diferença, proposta por Maфра e Marques (2019), tem-se aqui um Estado que desconsidera a emergência de públicos, por meio do sigilo, da deflexão e de um discurso que lança mão de argumentos que reafirmam ideologias basilares do projeto moderno. Sendo assim, a partir dos indícios coletados, pode-se perceber que perguntas/solicitações emergem em direção ao ex-Chefe de Estado, porém, mais uma vez, ele se esquiva e, assim, escancara que o assassinato massivo de pessoas negras não é uma crise vivenciada pela polícia civil do Rio de Janeiro, mas a rotina de uma corporação.

Tal questão – negligenciada em cenários midiáticos pela indústria informacional – acaba demonstrando o argumento de Almeida (2020) em relação à denúncia, à identificação e ao combate de casos de racismo institucional, este que afeta, todos os dias, indivíduos e grupos em suas existências diárias na vida social contemporânea. A partir desse raciocínio, pode-se pensar em diferentes formas de matar exercidas pelo Estado. Com isso, fica estabelecida, aqui, a relação entre necropolítica, racismo institucional e comunicação

organizacional, que se dá de acordo com os valores corporativos, seja no combate a práticas racistas, seja no reforço das mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo investigar o tratamento oferecido pela comunicação organizacional do poder público do Estado do Rio de Janeiro à morte do adolescente negro, João Pedro Mattos, tomando como contextos investigativos as manifestações e os silêncios desses órgãos, que são capazes de sustentar reflexões acerca do racismo institucional, condição que move a necropolítica do Estado – ideologia denunciada no discurso de Wilson Witzel, antigo governador, em sua conta do Twitter.

Para a realização de tal intento, como fragmentos teóricos, o estudo se valeu de quatro grandes discussões: a primeira se colocou a pensar necropolítica nos territórios colonizados; a segunda refletiu sobre as dimensões estruturais e institucionais do racismo no contexto das organizações; a terceira buscou olhar para a comunicação organizacional e estéticas da diferença na identificação de emergências e latências frente ao racismo institucional; e a última procurou pensar o Twitter e a emergência de um ambiente relacional entre organizações e públicos. A partir disso, com base na análise de vestígios do discurso

organizacional dessas entidades (que carregam ditos e não ditos), foram estabelecidas duas categorias de análise. São elas: a) Latências da organização comunicada e; b) Latências da organização comunicante e falada.

Desse modo, no que diz respeito aos lugares alcançados com esse estudo, tornou-se identificável uma política de morte posta em prática com ações institucionalmente racistas, colocando em risco a vida de jovens negros em suas diferenças – como é o caso dos preceitos que regem a política de segurança pública do Rio. A partir disso, esta pesquisa percebeu que a emergência das diferenças, que ocorre por meio dos pronunciamentos dos públicos, é um movimento que pede pela atualização da identidade organizacional do Estado. Com isso, torna-se possível afirmar que a identidade desses ambientes é atualizada, mas trata-se de um movimento que pode ser irônico: ele se dá por meio da desatualização do que é diferente – gesto praticado por meio do silêncio e do silenciamento, com o objetivo de fazer a manutenção da estrutura que beneficia grupos sociais/políticos em detrimento à vida de pessoas negras.

Ainda nesse caminho, as manifestações e os silêncios midiáticos revelam fortes elementos do necropoder praticado no ambiente comunicacional habitado pelo Estado e seus públicos e, como consequência disso, a ideologia racista perpassa espaços como o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Polícia Civil. Essa maneira de opressão é intensificada no contexto da pandemia, tendo em vista a acentuação de vulnerabilidades, que coloca em risco a vida de indivíduos negros em suas diferenças, nos contextos contemporâneos.

Nesse sentido, além de se valer de bases epistemológicas, metodológicas e analíticas, pensadas como adequadas para alcançar lugares frutíferos academicamente, essa pesquisa foi observada por janelas que entendem a pesquisa enquanto um gesto ético, político, estético e existencial. Sendo assim, assumindo nesse momento de fechamento o uso da primeira pessoa do singular, confesso que, nos últimos anos, me debrucei com muita atenção, angústia, tristeza e melancolia sobre casos de jovens negros mortos em decorrência de violência policial – sobretudo, a exercida contra os corpos pretos e maculinos, de jovens em contextos de pobreza. Olhar para essas situações – tão similares e, ao mesmo tempo, tão diferentes da minha realidade –, inevitavelmente, me leva ao choro de mulheres que poderiam ser eu, minha mãe, minhas tias ou qualquer outra mulher negra que vive em solo brasileiro. Enquanto uma das nossas precisar sepultar seu filho em decorrência de violências do Estado, propostas como a que trazemos aqui se mostram relevantes e indispensáveis para fins científicos e, também,

para denúncias. Estar aqui, ocupando este espaço, pesquisando essa temática (com tanto apoio e incentivo) é um ato político, que demonstra que, apesar de todo esse sistema de morte, rupturas existem, subvertendo o sistema e criando novos caminhos para driblar os efeitos esmagadores do projeto moderno.

Com isso, neste trabalho, é de suma importância ressaltar a necessidade de estudos que possam criticar o quanto os silenciamentos, junto com suas latências, constituem bases epistêmicas e morais do racismo institucional que corresponde a uma necropolítica presente na história do Estado Moderno, em contextos como o Brasil. Dessa forma, tem-se aqui a pretensão de dar sequência a esse movimento investigativo em uma pesquisa mestrado, que se coloca a pensar essa discussão enquanto uma tendência que se renova a partir de argumentos neoliberais difundidos e aceitos moralmente, como é possível observar no caso da chacina de Jacarezinho. Torço para que esse trabalho, parte de uma luta acadêmica, política e existencial, possa ecoar em contextos acadêmicos e não-acadêmicos, ressoando seus resultados em espaços organizacionais de gestão, na esperança mínima de que esse cenário de morte a partir do racismo seja urgentemente combatido, no estímulo a uma política de vida e de democracia, pautada na equidade e na existência justa, afetiva e possível, reivindicada pelas diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandira, 2020.
- BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. *Organicom*, v. 6, n. 10-11, p. 115-120, 2009.
- BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Discursos, identidades e relações de poder: dinâmicas e emergências em comunicação organizacional. In: Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas (13.: 2019, maio 06-09: São Paulo). *Anais*. São Paulo: Abracorp, 2019. 2019.
- BALDISSERA, Rudimar. Tensões dialógico-recursivas entre a comunicação e a identidade organizacional. *Organicom*, v. 4, n. 7, p. 228, 14 dez. 2007.
- BALDISSERA, Rudimar; VINHOLA, Bruno Garcia. Mídiação e comunicação organizacional: aproximações tentativas. *Animus: revista interamericana de comunicação midiática*. Santa Maria. v. 19, n. 39 (2020), p. 22-39, 2020.
- BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.
- BRASIL, Lei 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.
- BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos Acesso em 30/04/2019.
- FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. pp. 285-315.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Uma rápida emergência do "clima de latência". *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 11, n. 21, p. 303-317, 2010.
- MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. *Organizações, modernidade e democracia na América Latina: diferenças desatualizadas e climas de estagnação*. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, PUCRS, p. 1-20, 2019.
- MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. *Direitos humanos, organizações emergências: tensões entre diferenças e ideologia do progresso*. Comunicação e direitos humanos / Organizadores: Ângela Cristina Salgueiro Marques; Daniel Reis Silva; Fábila Pereira Lima. – Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG, 2019. p. 115-134.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MOREIRA, Adilson José. *O que é discriminação?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROSA, Rosane; RUSSEL, Raquel. Comunicação organizacional no twitter: um estudo das

empresas Natura, Vivo e Submarino. *Lumina*, v. 4, n. 2, 2010.

ROSSETTO, Graça Penha Nascimento; CARREIRO, Rodrigo; ALMADA, Maria Paula. Twitter e comunicação política: limites e possibilidades. *Compólitica*, v. 3, n. 2, p. 189-216, 2013.

SILVA, João Luiz P.; MAFRA, Rennan Lanna Martins. *A emergência de latências no Youtube: a experiência pública das ocupações secundaristas no Brasil*. In: Heloisa Raimunda Herneck; Silvana Claudia dos Santos; Caio Corrêa Deross. (Org.). *Experiências, narrativas e histórias: percursos pós-críticos nas pesquisas educacionais*. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 276-298.

SILVA, Magno Vieira da; BALDISSERA, Rudimar; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Discurso organizacional: epicentro de (des) identificação e vestígio de experiências públicas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (42.: 2019 set. 02-07: Belém do Pará). *Anais* [recurso eletrônico]. São Paulo: Intercom, 2019. 2019.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*. 2016, vol.25, n.3, p.535-549.